



---

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS  
E O CONSELHO ADMINISTRATIVO  
BENJAMIN CONSTANT/AM EM 26 DE MARÇO DE 2026.  
REFERÊNCIA FEVEREIRO DE 2026.**

---

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 15h, na sede do IPSSBC/BCPREV, localizado à Rua General Canrobert, 950 – Bairro – Colônia II, na cidade de Benjamin Constant/AM, reuniu-se o Comitê de Política de Investimentos e o Conselho Administrativo, a partir da convocação do Diretor-Presidente, o Sr. Rodrigo da Silva Bichara e, que na ocasião, compareceram para a reunião: o Sr. Rodrigo da Silva Bichara – Diretor-Presidente, o Sr. José Martins da Rocha – Diretor Administrativo-Financeiro, o Sr. Rodrigo Christian Sena da Silva – Secretário de Economia e Finanças da PMBC, o Sr. Hiran Muraiare de Menezes – Representante dos servidores ativos e os membros dos Conselhos Administrativo, os senhores: Francisco Manoel Mota – Representante dos servidores Aposentados e Pensionistas, José Martins da Rocha – Diretor Administrativo-Financeiro, Hiran Muraiare de Menezes – Representante dos servidores ativos e o Sr. Gilcemar Pinheiro Barbosa – representante do Poder Legislativo. Os membros do Comitê de Investimentos foram nomeados pela Portaria nº 009/2025-GP/PMBC de 21 de janeiro de 2025 e, os demais membros do Conselho Administrativo, foram nomeados pelo Decreto nº 094/2025-GP/PMBC. O senhor Diretor-Presidente iniciou a reunião apresentando relatórios referentes aos demonstrativos com os saldos financeiros do IPSSBC/BCPREV até o dia 28/02/2026 que foi no valor de R\$ 111.018.209,71 (Cento e onze milhões, dezoito mil, duzentos e nove reais e setenta e um centavos) em conta corrente e em conta de investimentos, e um saldo da rentabilidade no mês de fevereiro, valorização que foi no valor de R\$ 1.264.711,98 (Um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e onze reais e noventa e oito centavos), menos a Fopag do mês de fevereiro, sendo assim, o saldo final de R\$ 595.376,73 (Quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos), sendo a planilha apresentada e entregue para todos os membros presentes com a composição da carteira do mês de fevereiro com os referidos valores e saldos. Inclusive foi citado que esta planilha se encontra publicada nas redes sociais e em dezenas de grupos de whatsapp como no grupo dos Conselho, do Comitê e no dos Aposentados. A contribuição de fevereiro ainda não foi depositada até o momento, sendo que o vencimento é dia 31/03/2026. A contribuição referente a janeiro foi depositada em fevereiro no dia 27/02/2026 um valor total de R\$ 1.005.691,99 (Um milhão, cinco mil, seiscentos e noventa e um reais e noventa e nove centavos), do segurado foi o valor total de R\$ 514.521,58 (Quinhentos e quatorze mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e oito centavos) e do patronal foi repassado apenas a parte referente ao FUNDEB no valor de R\$ 491.170,41 (Quatrocentos e noventa e um mil, cento e setenta reais e quarenta e um centavos) restando a repassar o valor de R\$ 190.937,33 (cento e noventa mil, novecentos e trinta e sete reais e trinta e três centavos). A Câmara Municipal repassou o valor referente a competência do mês de fevereiro em 23/02/2026 o valor de R\$ 6.284,91 (Dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos); e o IPSSBC/BCPREV repassou o valor referente a competência do mês de janeiro em 02/03/2026 o valor de R\$ 2.966,52 (Dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) e a de fevereiro em 27/03/2026 o valor de R\$ 2.966,53 (Dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos). O Diretor-Presidente explanou que no mês de fevereiro não houve pedido de movimentação/remanejamento de valores dos fundos da carteira do IPSSBC/BCPREV. O Diretor-Presidente apresentou aos membros relatórios esses, registrados em um Sistema de Gestão de Investimentos – SGI, da Conjuntura Econômica e Financeira do mês de fevereiro onde divaga sobre as movimentações, rentabilidades da carteira mensal e do acumulado no ano, composição da carteira e por segmento, alocação, seus riscos, evolução patrimonial, resumo do mercado X carteira de

investimento e rentabilidade acumulado versus meta atuarial, a qual estamos acima do estipulado na política de investimentos. Apresentou, também, um relatório dinâmico onde demonstra todas as aplicações, com valores e porcentagem em cada fundo, saldos, rendimento no ano, rentabilidade no mês de fevereiro, rentabilidade acumulada e a meta atuarial acumulada. Outro demonstrativo foi apresentado, é o da rentabilidade x meta RPPS do mês de fevereiro, onde demonstra a rentabilidade de cada fundo em valores e em porcentagem, a meta da política de investimentos, a meta do período e a porcentagem alcançado da meta no período; o relatório de enquadramento do RPPS e o enquadramento conforme a política de investimento; e a APR. A consultoria apresentou uma orientação, sugestão de aporte, porém, não foi concretizada, e, hoje apresentada na sessão para conhecimento de todos os presentes. Foi apresentado uma resenha sobre a retrospectiva, desempenho das atividades do Brasil e do mundo do mês de fevereiro: A taxa SELIC foi reduzida, em reunião do copom, em 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) no dia 18/03/2026, passando a vigorar a taxa de 14,75% (quatorze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento). Esta decisão unânime cortou 0,25 ponto percentual da taxa, que estava em 15%. Essa foi a primeira redução nos juros básicos desde maio de 2024, visando a convergência da inflação. *O ambiente externo tornou-se mais incerto, em função do acirramento de conflitos geopolíticos no Oriente Médio, com reflexos nas condições financeiras globais. Tal cenário exige cautela por parte de países emergentes em ambiente marcado por elevação da volatilidade de preços de ativos e commodities. Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores segue apresentando, conforme esperado, trajetória de moderação no crescimento da atividade econômica, enquanto o mercado de trabalho ainda mostra sinais de resiliência. Nas divulgações mais recentes, a inflação cheia e as medidas subjacentes seguiram apresentando algum arrefecimento, mas mantiveram-se acima da meta para a inflação. As expectativas de inflação para 2026 e 2027 apuradas pela pesquisa Focus permanecem em valores acima da meta, situando-se em 4,1% e 3,8%, respectivamente. A projeção de inflação do Copom para o terceiro trimestre de 2027, atual horizonte relevante de política monetária, situa-se em 3,3% no cenário de referência. Os riscos para a inflação, tanto de alta quanto de baixa, que já se encontravam mais elevados do que o usual, se intensificaram após o início dos conflitos no Oriente Médio. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se uma desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado; uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais positivo; e uma conjunção de políticas econômicas externa e interna que tenham impacto inflacionário maior que o esperado, por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se uma eventual desaceleração da atividade econômica doméstica mais acentuada do que a projetada, tendo impactos sobre o cenário de inflação; uma desaceleração global mais pronunciada decorrente do choque de comércio e de um cenário de maior incerteza; e uma redução nos preços das commodities com efeitos desinflacionários. O Comitê segue acompanhando como os desenvolvimentos da política fiscal doméstica impactam a política monetária e os ativos financeiros, reforçando a postura de cautela em cenário de maior incerteza. Os indicadores do final de 2025 mostraram desaceleração na atividade econômica, enquanto o cenário segue sendo marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, e pressões no mercado de trabalho. O Comitê considera os impactos dos conflitos no Oriente Médio de forma prospectiva, em particular seus efeitos sobre a cadeia de suprimentos global e os preços de commodities que afetam direta e indiretamente a inflação no Brasil. Nesse momento, as projeções de inflação apresentam distanciamento adicional em relação à meta no horizonte relevante para a política monetária. Ao mesmo tempo, a incerteza acerca dessas projeções foi elevada consideravelmente, em função da falta de clareza sobre a duração dos conflitos e de seus efeitos sobre os condicionantes dos modelos de projeção analisados. O Comitê julgou apropriado dar início ao ciclo de calibração da política monetária, na medida em que o período*

*prolongado de manutenção da taxa básica de juros em patamar contracionista propiciou evidências da transmissão da política monetária sobre a desaceleração da atividade econômica, criando condições para que ajustes no ritmo dessa calibração, à luz de novas informações, sejam possíveis de forma a assegurar o nível compatível com a convergência da inflação à meta. O Copom decidiu reduzir a taxa básica de juros para 14,75% a.a. e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego. No cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o Comitê reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo. Ainda no mês de fevereiro foi marcado por dois eventos de grande relevância nos Estados Unidos. No âmbito geopolítico, EUA e Israel lançaram operação militar conjunta contra o Irã no dia 28 de fevereiro, resultando na morte do aiatolá Ali Khamenei. A retaliação iraniana com disparo de mísseis contra bases militares norte-americanas em países aliados elevou a aversão ao risco e provocou forte alta nos preços do petróleo, cujas implicações econômicas ainda estão em desdobramento. A operação militar no Oriente Médio representa o evento mais relevante do mês, com implicações sobre preços de energia, cadeias de suprimento e fluxos de capital. A alta do Brent para US\$ 80-85 pode pressionar as projeções de inflação no horizonte relevante em diversos países, e não se descarta um aumento ainda maior no preço da commodity caso o conflito escale ainda mais, ou que o fechamento do Estreito de Hormuz prolongue-se por mais tempo do que o esperado. No Brasil, o PIB do Brasil em 2025 cresceu 2,3%, totalizando R\$ 12,7 trilhões, segundo dados divulgados pelo IBGE. Esse resultado representa o quinto ano consecutivo de crescimento, mas indica uma desaceleração em comparação a 2024 (3,4% ou mais, dependendo da fonte), com destaque para o desempenho da agropecuária, serviços e indústria extrativa. Destaque para o PIB do 4T25 que avançou 0,1% na margem e 1,8% na comparação anual, encerrando 2025 com alta de 2,3%, em linha com a nossa expectativa. Quanto a inflação, em fevereiro o IPCA foi de 0,70%. Nos últimos doze meses, o índice ficou em 3,81% e no ano o acumulado ficou em 1,03%. O grupo Educação foi o maior responsável pela alta, refletindo os reajustes escolares típicos do início do ano. Nos próximos meses, o cenário externo deverá continuar com um grau de incerteza e volatilidade acima do usual, devido as tensões geopolíticas ocasionadas pelos conflitos do oriente médio. Já no Brasil as expectativas quanto a percepção de uma piora do risco fiscal, assim como as incertezas quanto a inflação e cenário eleitoral devem trazer um cenário de maiores volatilidades ao mercado. PIB e Crescimento Econômico: Em dezembro de 2025, o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), divulgado em fevereiro de 2026 pelo Banco Central do Brasil (BACEN), indicou leve recuo da atividade econômica no encerramento do ano passado, após a recuperação observada no mês anterior. O IBC-Br — indicador mensal amplamente utilizado como uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB), embora com metodologia distinta — registrou queda de aproximadamente 0,2% em dezembro na comparação com novembro, em dados dessazonalizados, sugerindo que a economia brasileira perdeu parte do fôlego no último mês do quarto trimestre de 2025. A análise setorial indica que o resultado refletiu desempenhos heterogêneos entre os principais segmentos da atividade. Enquanto a agropecuária apresentou desempenho relativamente mais favorável no período (13,1%), serviços (2,1%) e indústria (1,5%) registraram contribuições mais fracas, o que acabou limitando o avanço do indicador agregado. Esse comportamento sugere que, embora alguns setores tenham mantido dinamismo no encerramento do ano, a atividade econômica como um todo já dava sinais de acomodação após o crescimento observado ao longo da maior parte de 2025. Na comparação interanual, o IBC-Br manteve trajetória positiva, registrando expansão em*

relação a dezembro de 2024 na série sem ajuste sazonal. Considerando o acumulado de todo o ano de 2025, o indicador apontou crescimento próximo de 2,5%, desempenho consistente com a percepção de que a economia brasileira manteve expansão moderada ao longo do período, ainda que em ritmo inferior ao observado no ano anterior (alta d3 3,8%). Sob a ótica trimestral, os dados mais recentes indicam que o quarto trimestre de 2025 apresentou crescimento modesto em relação ao terceiro trimestre, com avanço próximo de 0,4% na comparação entre períodos. Esse resultado reforça a leitura de que a atividade econômica desacelerou gradualmente ao longo do segundo semestre, em linha com os efeitos defasados do ciclo de política monetária mais restritiva e com sinais de perda de ritmo observados em outros indicadores de atividade. Em termos prospectivos, as projeções do Boletim Focus divulgadas no início de 2026 apontam crescimento do PIB brasileiro em torno de 1,9% em 2026 e de aproximadamente 2,0% em 2027, sugerindo continuidade de um cenário de expansão econômica moderada no horizonte de médio prazo. No segundo mês de 2026 o IPCA registrou alta de 0,70% em fevereiro, acelerando em relação aos 0,33% observados em janeiro, segundo dados oficiais do IBGE. Com esse resultado, o índice acumulado no ano alcançou 1,03%, enquanto a inflação em 12 meses recuou para 3,81%, abaixo dos 4,44% registrados até janeiro, permanecendo dentro da banda de tolerância da meta oficial de inflação (3%  $\pm$  1,5 p.p.) estabelecida pelo BACEN. Entre os grupos pesquisados, Educação (5,21%) apresentou a maior variação e também o maior impacto no índice do mês (0,31 p.p.), refletindo sobretudo os reajustes anuais nas mensalidades escolares, típicos do início do ano letivo. Esse grupo respondeu sozinho por cerca de 44% do resultado mensal, evidenciando o caráter sazonal de parte relevante da pressão inflacionária observada no período. O grupo Transportes (0,74%) registrou a segunda maior contribuição para o índice, com impacto de 0,15 p.p., influenciado principalmente pela forte elevação das passagens aéreas e por reajustes em tarifas de transporte urbano em diversas capitais. Já Saúde e cuidados pessoais (0,59%) também apresentou variação relevante, impulsionada principalmente pelos preços de artigos de higiene pessoal e planos de saúde. Nos demais grupos, as variações foram mais moderadas, com destaque para os grupos Alimentação e bebidas (0,26%) e Habitação (0,30%), que possuem maior representatividade no computo de cálculo do indicador. Tais variações indicam que a aceleração do índice em fevereiro esteve relativamente concentrada em poucos componentes específicos da cesta de consumo. No balanço geral, o resultado mensal sugere uma aceleração pontual da inflação, fortemente associada a fatores sazonais e reajustes concentrados em serviços. Diante desse cenário, as projeções mais recentes do mercado indicam IPCA em torno de 3,9% para 2026, com inflação próxima de 3,7% em 2027, trajetória compatível com a convergência gradual dos preços em direção à meta oficial. Em fevereiro de 2026, o Ibovespa manteve trajetória positiva, ainda que em ritmo menos intenso do que o observado no mês anterior. O principal índice da bolsa brasileira acumulou valorização de aproximadamente 4,09% no mês, encerrando fevereiro em torno de 188,8 mil pontos, após renovar sucessivas máximas históricas ao longo do período. O desempenho continuou sendo sustentado pelo fluxo de investidores estrangeiros para o mercado acionário brasileiro, além de expectativas favoráveis quanto ao cenário de juros e ao ambiente macroeconômico doméstico. Com esse resultado, no acumulado do primeiro bimestre de 2026 o Ibovespa passou a registrar alta próxima de 17%, consolidando um início de ano particularmente forte para a bolsa brasileira. Apesar da valorização agregada do índice, o desempenho entre os papéis continuou apresentando dispersão relevante. Entre as cinco ações que mais subiram em fevereiro, destacou-se MRV (MRVE3), com valorização de 23,67%, impulsionada por perspectivas mais favoráveis para o setor imobiliário, em especial diante das expectativas de juros mais baixos e da melhora operacional da companhia. Na sequência apareceram Suzano (SUZB3), com alta de 19,05%, favorecida por resultados robustos e pela elevação dos preços da celulose; Vivo (VIVT3), com ganho de 15,49%, sustentada por balanço trimestral acima das expectativas e anúncio de programa de recompra de ações; TIM (TIMS3), com avanço de 13,14%, apoiada por resultados

operacionais sólidos e perspectivas de maior remuneração aos acionistas; e Axia (AXIA6), com alta de 12,96%, impulsionada pela proposta de migração para o Novo Mercado da B3 e por expectativas de melhora na governança corporativa. Por outro lado, as maiores quedas do mês foram lideradas por Raizen (RAIZ4), com recuo expressivo de -32,98%, pressionada por preocupações sobre sua estrutura financeira e rebaixamentos de rating. Também registraram perdas relevantes Cogna (COGN3), com queda de -22,22%, refletindo realização de lucros após forte valorização anterior; GPA (PCAR3), com retração de -19,58%, influenciada por preocupações com a continuidade operacional após divulgação de balanço; Hapvida (HAPV3), que caiu -17,66% em meio a dúvidas sobre a sustentabilidade de seu modelo de negócios; e Totvs (TOTS3), com recuo de -16,04%, acompanhando a queda global de empresas de software e tecnologia. No conjunto, o comportamento do Ibovespa em fevereiro reforça a continuidade do movimento de valorização observado no início de 2026, sustentado pela entrada de capitais estrangeiros e por expectativas de melhora gradual das condições macroeconômicas, ainda que com diferenças relevantes de desempenho entre setores e empresas que compõem o índice. Em fevereiro, o mercado de renda fixa voltou a apresentar desempenho positivo entre os principais indicadores da família IMA, ainda que com uma composição distinta daquela observada no mês anterior. O IMA-Geral registrou valorização de aproximadamente 1,18% no mês, acumulando 2,50% no ano até o final de fevereiro, resultado sustentado pela combinação entre carregamento elevado dos títulos públicos e ajustes moderados ao longo da estrutura a termo de juros. Em um ambiente macroeconômico marcado por inflação ainda relativamente comportada e pela manutenção de uma política monetária restritiva, o CDI continuou oferecendo retorno relevante no curto prazo, preservando seu papel como referência central para aplicações pós-fixadas. No segmento de títulos prefixados, o desempenho permaneceu positivo, embora mais moderado do que o observado em janeiro. O IRF-M avançou cerca de 0,99% no mês, acumulando 2,97% no ano, refletindo movimentos relativamente contidos na curva nominal. No trecho mais curto, o IRF-M1 subiu aproximadamente 1,02%, com ganho acumulado de 2,24%, beneficiado pela estabilidade da parte curta da curva de juros, fortemente ancorada pela taxa básica ainda elevada. Já o IRF-M1+ registrou valorização de 0,97% no mês, alcançando 3,27% no acumulado do ano, indicando continuidade do interesse por durations mais longas, ainda que com maior seletividade diante das incertezas sobre o ritmo futuro de flexibilização monetária. Entre os títulos indexados à inflação, o desempenho foi novamente robusto, refletindo a combinação entre inflação corrente moderada e níveis ainda atrativos de juros reais. O IMA-B avançou cerca de 1,79% em fevereiro, acumulando 2,81% no ano. No segmento intermediário, o IMA-B5 registrou alta de 1,22%, com ganho de 2,44% no período. Já o IMA-B5+ destacou-se com valorização de aproximadamente 2,24% no mês, acumulando 3,09% no ano, sugerindo recomposição parcial de prêmios nos vértices mais longos da curva real e maior disposição dos investidores em capturar taxas reais ainda elevadas. No caso dos títulos pós fixados, o IMA-S apresentou variação de cerca de 1,01% em fevereiro, acumulando 2,20% no ano, refletindo essencialmente o carregamento da taxa Selic vigente. De forma geral, o resultado de fevereiro reforça a atratividade estrutural da renda fixa doméstica em um ambiente de juros ainda elevados, evidenciando que estratégias diversificadas entre títulos pós-fixados, prefixados e indexados à inflação continuam contribuindo para a geração de retorno real e para o equilíbrio atuarial de carteiras institucionais. Também, frisou que os demonstrativos como: DAIR, DIPR estão em dias. Neste momento, o Diretor Administrativo-Financeiro, apresentou planilhas com as movimentações das rentabilidades referente ao mês de março até a data atual, onde frisou otimismo que teremos bons resultados para este de mês quanto a valorização da nossa carteira. O Diretor-Presidente agradeceu ao Prefeito, Exmo. Sr. Semeide Bermeguy Porto, e ao Presidente da Câmara, Lucas da Silva Félix, pelo compromisso com o futuro dos servidores e beneficiários e não medem esforços para cumprir com os repasses de suas obrigações, as contribuições com este IPSSBC/BCPREV. O Diretor-Presidente, frisou que através de *prints*



ESTADO DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
DE BENJAMIN CONSTANT/AM – IPSSBC/BCPREV  
CNPJ Nº 13.240.198/0001-22  
Rua: General Canrobert, 950 – Colônia II  
CEP. 69.630-000 - Benjamin Constant - Amazonas  
e-mail : [bcprev.bc@gmail.com](mailto:bcprev.bc@gmail.com)



publicados pelo aplicativo *whatsapp* no grupo dos membros do comitê e do conselho administrativo, onde demonstra diariamente a evolução, com valores diariamente atualizados, rendimentos diários, juros diários, conseqüentemente o valor total atualizado diariamente. Neste momento foi perguntado, aos membros, se alguém teria algo a mais para proferir além de tudo o que foi apresentado. Com isso, ninguém se manifestou, e, não tendo mais nada a decidir e exprimir, e, por estar justo e perfeito, a sessão deu-se por encerrada e que os trabalhos transcorreram na sua mais perfeita ordem e harmonia sem ferir os pontos de referência, os pilares fundamentais que sustentam os princípios e a integridade. Assim, eu, Hiran Muraiare de Menezes, nomeado secretário para este momento pelo Diretor-Presidente e Presidente do Comitê de Investimentos do IPSSBC/BCPREV, lavrei a presente ata que após de analisada e aprovada por todos os membros, vai assinada por mim e pelos demais membros participantes. Benjamin Constant/AM, em 26 de março de 2026 às 16h55. Segue assinatura dos membros do Conselho Administrativo e o Comitê de Política de Investimentos do IPSSBC/BCPREV.////////////////

---

**RODRIGO DA SILVA BICHARA**  
Diretor-Presidente – IPSSBC/BCPREV  
Presidente do Comitê de Investimento

---

**RODRIGO CHRISTIAN SENA DA SILVA**  
Secretário de Economia e Finanças - PMBC

---

**JOSÉ MARTINS DA ROCHA**  
Diretor Administrativo-Financeiro

---

**FRANCISCO MANOEL MOTA**  
Representante dos Beneficiários do  
IPSSBC/BCPREV

---

**HIRAN MURAIARE DE MENEZES**  
Representante dos servidores Ativos

---

**GILCEMAR PINHEIRO BARBOSA**  
Representante do Poder Legislativo Municipal